artigos 2.º, 4.º, n.º 4, alínea a), e 23.º, n.º 2, alínea e), dos Estatutos da ESHTE, homologados pelo Despacho Normativo n.º 33/99, de 30 de Junho, bem como dos artigos 76.º e 77.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março. (Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

14 de Outubro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Instituto de Meteorologia, I. P.

Aviso n.º 1993/2006 (2.ª série). — Por lapso, o concurso aberto pelo aviso n.º 12 091/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 250, de 30 de Dezembro de 2005, e rectificado através do aviso n.º 62/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 13, de 18 de Janeiro de 2006, não foi registado na bolsa de emprego público (BEP), pelo que o prazo de apresentação das candidaturas será alargado por mais 10 dias úteis a partir da data da publicação do presente aviso.

2 de Fevereiro de 2006. — O Vice-Presidente, *António Dias Baptista*.

Instituto Tecnológico e Nuclear, I. P.

Despacho n.º 3599/2006 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Fevereiro de 2006 do presidente do conselho directivo do Instituto Tecnológico e Nuclear, I. P.:

José Joaquim Gonçalves Marques e Nuno Pessoa Barradas, investigador auxiliar e investigador auxiliar com agregação, respectivamente, do quadro de pessoal do Instituto Tecnológico e Nuclear, I. P. — nomeados definitivamente, precedendo concurso externo documental, investigador principal e investigador principal com agregação, da carreira de investigação científica, do quadro de pessoal deste Instituto, escalão 3, índice 250, e escalão 2, índice 255, da área científica de Física e Engenharias Nucleares, considerando-se exonerados dos seus anteriores cargos a partir da data da aceitação dos novos lugares. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 2006. — A Directora de Serviços de Administração Geral, *Fátima Pereira Gonçalves*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Instituto Português do Património Arquitectónico

Despacho n.º 3600/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, subdelego no assessor do quadro de pessoal do Instituto Português do Património Arquitectónico, licenciado Humberto Pereira de Almeida, e no chefe da Repartição de Contabilidade, Património e Aprovisionamento do mesmo quadro, Celso Lopes Ribeiro, a competência para assinarem a correspondência e o expediente necessários à mera instrução dos processos no âmbito do Departamento Financeiro e de Administração.

27 de Janeiro de 2006. — O Vice-Presidente, *Henrique Parente*.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Acórdão n.º 5/2006/T. Const. — Processo n.º 912/2005. — Acordam na 2.ª Secção do Tribunal Constitucional:

1 — **Relatório.** — Cruz & C.ª, S. A., instaurou, em 6 de Abril de 2005, no Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Viseu, «processo urgente de intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias», nos termos dos artigos 109.º a 111.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado pela Lei n.º 15/2002, de 22 de Fevereiro (CPTA), contra o INGA — Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrária, pedindo a intimação do requerido para que se abstenha de proceder à execução da garantia bancária no valor de € 233 255,68, com a referência n.º 125-02-0087086, de 15 de Julho de 1999, do Banco Millennium BCP, S. A., até ao trânsito em julgado da decisão final na acção administrativa especial (n.º 312/2001) de impugnação da deliberação do conselho de admi-

nistração do INGA de 15 de Outubro de 2004, que lhe determinou a reposição da quantia de € 1 885 881,98, relativa a ajuda comunitária, considerada indevidamente recebida. Para fundamentar esse pedido, aduziu, em suma, o seguinte: *i)* em 11 de Janeiro de 2005, intentou a referida acção administrativa especial, que ainda não foi decidida; *ii)* em 18 de Janeiro de 2005, como incidente dessa acção, interpôs processo cautelar de suspensão de eficácia, que foi indeferido por decisão proferida em 25 de Fevereiro de 2005, que ainda não transitou em julgado, encontrando-se pendente recurso no Tribunal Central Administrativo Norte (TCAN); *iii)* em 29 de Março de 2005, o requerido interpelou o referido Banco para, ao abrigo da mencionada garantia, pagar a quantia de € 233 244,68, por alegado incumprimento por parte do afiançado do contrato respectivo; *iv)* existe fundado receio de constituição de uma situação de facto consumado a partir de uma decisão administrativa ilegal e ilícita (ferida de nulidade por ofender o conteúdo essencial de direito fundamental), que será causa provável de prejuízos de difícil reparação, designadamente no seu direito ao bom nome e reputação, inexistindo interesse público legítimo em executar (ao menos até decisão final de improvemento da acção de impugnação do acto administrativo ilegal), o que já está garantido.

Por sentença de 13 de Maio de 2005 do TAF de Viseu, o pedido de intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias foi indeferido por, dispondo o artigo 109.º, n.º 1, do CPTA que essa intimação pode ser requerida «quando a célere emissão de uma decisão de mérito que imponha à Administração a adopção de uma conduta positiva ou negativa se revele indispensável para assegurar o exercício, em tempo útil, de um direito, liberdade ou garantia, por não ser possível ou suficiente, nas circunstâncias do caso, o decretamento provisório de uma providência cautelar», no caso não se verificava o requisito legal constante da parte final deste preceito, já que «para protecção dos direitos, liberdades e garantias enunciados pela requerente teria sido possível e suficiente o decretamento provisório de pedido cautelar, designadamente antecipatório (intimação para abstenção de uma conduta por parte do ora requerido)».

A requerente interpôs recurso desta sentença para o TCAN, alegando, além do mais, que «a dimensão normativa encontrada para a norma contida no artigo 109.º do CPTA, na interpretação restritiva aplicada pela sentença recorrida, padece de inconstitucionalidade material por contravenção do disposto nos artigos 20.º, n.º 5, e 26.º da Constituição da República Portuguesa».

Por Acórdão de 29 de Setembro de 2005 do TCAN foi negado provimento a esse recurso jurisdicional, tendo, no que concerne à questão de inconstitucionalidade suscitada, sido expandido o seguinte:

«3.2.2 — Invoca a recorrente, como fundamento material de recurso, que a decisão recorrida contraria o que decorre dos artigos 109.º do CPTA e 20.º, n.º 5, e 26.º, ambos da CRP, já que, segundo sustenta, ‘a interpretação restritiva aplicada pela sentença recorrida’ (a propósito da previsão e âmbito do artigo 109.º do CPTA) ‘padece de inconstitucionalidade material por contravenção do disposto nos artigos 20.º, n.º 5, e 26.º da Constituição da República Portuguesa’.

Vejamos da pertinência da tese sustentada pela recorrente.

Decorre do artigo 109.º, n.º 1, do CPTA que: ‘A intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias pode ser requerida quando a célere emissão de uma decisão de mérito que imponha à Administração a adopção de uma conduta positiva ou negativa se revele indispensável para assegurar o exercício, em tempo útil, de um direito, liberdade ou garantia, por não ser possível ou suficiente, nas circunstâncias do caso, o decretamento provisório de uma providência cautelar, segundo o disposto no artigo 131.º’.

Este meio processual de intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias, regulado nos artigos 109.º a 111.º do CPTA, destina-se a dar cumprimento à exigência ditada pelo artigo 20.º, n.º 5, da CRP quando nele se estatui que para ‘defesa dos direitos, liberdades e garantias pessoais, a lei assegura aos cidadãos procedimentos judiciais caracterizados pela celeridade e prioridade, de modo a obter a tutela efectiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses direitos’, normativo este que constitui uma das mais relevantes inovações introduzidas pela Lei Constitucional n.º 1/97 (cf. Maria Fernanda Maças, ‘As formas de tutela urgente previstas no Código de Processo nos Tribunais Administrativos’, *Revista do Ministério Público*, ano 25.º, n.º 100, Outubro-Dezembro de 2004, pp. 41 e segs., em especial pp. 48 a 53; e Mário Aroso de Almeida, *O Novo Regime do Processo nos Tribunais Administrativos*, 3.ª ed., pp. 273 e 274).

Note-se que no n.º 5 do referido normativo não está em questão a criação de um qualquer meio cautelar, porquanto o que se visa seria a concretização de um direito a processos céleres e prioritários, de molde a obter-se uma eficaz e atempada protecção jurisdicional contra ameaças ou atentados aos direitos, liberdades e garantias pessoais dos cidadãos.

Com efeito, do comando constitucional em referência decorre a exigência de um programa completo de instrumentos processuais que